

ID: 111627127

14-06-2024

Paula Franco / Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados

■ Paula Franco recandidata-se à Ordem dos Contabilistas Certificados. Defende um reforço do papel destes profissionais nas empresas, mas com maior rendimento, e uma aposta nas novas tecnologias. As obrigações de reporte relacionados com o ESG são uma oportunidade de afirmação. E fala da realidade orçamental e do “grande desafio” de equilíbrio entre contas certas e toda a pressão para aumento da despesa.

“Não há dinheiro para um choque fiscal, nesta altura”

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

Paula Franco recandidata-se a bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, depois de ter o mandato interrompido por força da nova lei das associações profissionais. Em entrevista, analisa o sector e a realidade orçamental.

Qual é o ponto da situação da atividade dos contabilistas certificados? O que é que a preocupa?

O que me preocupa agora é retermos talentos, atrairmos jovens para virem para a profissão e haver um maior reconhecimento dos contabilistas certificados. Este é o ponto de partida para estes próximos quatro anos.

Hoje, com as novas tecnologias, o contabilista certificado terá tempo para reorganizar os seus trabalhos e tem de mudar um pouco o *mindset* da forma de serviço. Os contabilistas em outsourcing, por exemplo, têm de ter menos clientes e melhores avenças, para poderem estar mais tempo nos clientes. Este tem de ser o mote para que as empresas tenham um acompanhamento diferente, porque o contabilista é uma peça fundamental nas empresas, mas sem tempo perde-se muito daquilo que ele poderia dar e que poderia fomentar a economia e as empresas a serem muito mais produtivas. É este pensamento geral que tem de mudar, quer a nível dos empresários, da sociedade, quer a nível dos próprios contabilistas.

Que propostas concretas tem

apresentado aos associados?

Que se valorizem, que pensem que o conhecimento é único, que o conhecimento fiscal e contabilístico é, de facto, muito vasto e que exige muita dedicação, mas também que seja posto à disposição da sociedade, dos clientes, porque, senão, não vale a pena termos este conhecimento todo. Isto é um dos pontos principais.

O que eu vou propor é formar os contabilistas para usarem mais tecnologias. Criarmos mais e colocarmos à disposição, ajudarmos os contabilistas a aprender e a usar tecnologias para terem menos tempo em tarefas repetitivas e mais tempo para acompanhar os clientes. Se calhar, e aqui não pode ser legislativo, não podemos impor, mudar um bocadinho a mentalidade dos contabilistas para terem menos clientes, escolhem e conseguem melhores avenças para se poderem dedicar aos clientes.

Tenho a certeza de que a sociedade, os clientes, os empresários vão querer este novo modo de trabalho.

Como é que se compatibiliza um tecido empresarial de pequenas e microempresas com maior rendimento e a necessidade de o contabilista ser mais um consultor?

Tenho a certeza de que é isto que os empresários querem. Portanto, temos de dar um passo em que os contabilistas consigam chegar ao empresário e dar-lhe mais, mas também exigir mais remuneração para que isso seja possível. Eu acho que os empresários, mesmo com problemas de

redução de custos, se o contabilista estiver a ajudá-lo a tomar as melhores decisões, a não cometer erros, vão valorizar. Aliás, isso já é valorizado, só que ainda tem de ser mais presente nas empresas. Porque, realmente, o contabilista certificado acaba por ser aquele que traz descanso à empresa, tranquilidade, ajuda na tomada de decisões.

A maior parte dos clientes não gosta de tomar decisões sem falar com o contabilista, isso é normal e é bom que seja assim, porque as decisões podem ter implicações fiscais e contabilísticas que têm de se antecipar. E, por isso, o contabilista certificado tem de estar mais presente. O empresário, na minha opinião, está disposto a isso. E os contabilistas também têm de estar dispostos a isso e a fazer-se valer, e a ficar e a disponibilizar o tempo para estar junto do empresário a acompanhá-lo.

A lei das associações públicas profissionais deverá ser revisitada nesta legislatura. O pretendem ver alterado?

No que se relaciona com os atos próprios, com o interesse público e com aquilo que diz respeito diretamente aos contabilistas certificados, não mudaria nada. Felizmente, o nosso estatuto acabou por ter a garantia que era preciso, acabou por sair reforçado, inclusive, na regulação que uma ordem deve fazer para que os contabilistas ocupem esse seu grande papel na sociedade, e isso era o mais importante.

Existem, obviamente, problemas que, se calhar, mudaríamos,



ID: 111627127

14-06-2024



O grande trabalho que temos para os próximos quatro anos é posicionar o contabilista certificado de uma forma que ele dê muito mais à sociedade e às empresas"

"Espero que o OE traga uma boa reforma da administração pública, uma reforma administrativa, uma reforma procedimental de forma a facilitar todos os processos da relação entre os contribuintes e o Estado"



Assista à entrevista no seu smartphone através deste QR Code ou em www.jornaleconomico.pt

nomeadamente, questões relacionadas com os novos órgãos, [como] o facto de termos membros externos que, por exemplo, num conselho de supervisão não me parece mal que existam, [mas] num conselho disciplinar já me parece que não faz sentido; mas são pormenores. E também a eleição pelo método de Hondt para estes órgãos parece-me que pode criar alguns problemas operacionais. Se for possível mudar, seria a única coisa que mudaria.

A fiscalidade esteve em destaque na campanha para as legislativas e também nos primeiros tempos do novo governo. No início, discutiu-se muito a redução das taxas do IRS ou do IRC, apontou a preferência pelo IRC, porquê?

A diminuição de impostos em Portugal tem de ser sempre ponderada e equilibrada, porque existe, obviamente, uma necessidade de receita, existem custos, em termos orçamentais, e, portanto, há que ter equilíbrio para garantir que as receitas cobrem as despesas.

O facto de achar que o IRC deve começar em primeiro lugar não retira que deva continuar este caminho [de descida do IRS] lentamente. Nos anteriores governos, nos anteriores orçamentos do Estado, tem-se lentamente diminuído as taxas de IRS, com muito equilíbrio, lá está. Mantendo isso, não sendo aquilo que na cabeça dos contribuintes corresponda a um choque fiscal, porque não há dinheiro para isso nesta altura.

Defendo que o IRC devia dar o primeiro passo porque não tem uma importância tão grande a nível do orçamento, da necessidade da receita, e, depois, porque no IRC, aquilo que me parece é que descer a taxa pode não mexer na receita do IRC. Isto é, obviamente, algo que só experimentando, mas ainda assim, se realmente não se vier a verificar isso e diminuir a receita, não é uma receita tão significativa.

Do lado das empresas este é um primeiro sinal e que pode contribuir depois para poder descer o IRS. É que, com o pagamento menor de IRC as empresas podem investir mais recursos, pagar melhores salários e pagando melhores salários vai haver mais contribuições e, consequentemente, podemos depois escalar mais na dimi-

nuição do IRS. Portanto, isto será um cenário perfeito, digamos assim, se tudo vier a concretizar-se.

Os custos não são só IRC. A parafiscalidade tem aumentado. A redução da carga fiscal não devia começar por aqui ou o impacto do IRC é maior?

O IRC é mais direto, tem impacto até para os investidores. Quanto às outras situações burocráticas nas empresas, obviamente que aí é preciso fazer um esforço enorme e um grande trabalho e que, se calhar, nem tem impacto a nível orçamental.

Para além das taxas e taxinhas que podem ter, mas que, se calhar, também não são significativas, eu acho que é preciso rever o processo, tudo aquilo com que as empresas têm de lidar diariamente, para perceber onde é que se pode diminuir. Fazer um levantamento de tudo para ver o que é que é possível fazer para diminuir principalmente os encargos burocráticos que as empresas têm, porque não são só impostos. Há muito a fazer que não mexe em termos orçamentais e que se pode fazer fazendo o levantamento de todas as tarefas redundantes, de todas as obrigações que as empresas têm de cumprir e que são, de facto, necessárias e que até podem ser cumpridas de forma muito mais leve, ou, até, serem cumpridas através de um organismo e não o serem por vários organismos [de forma] igual: as instituições públicas são do mesmo Estado e não partilham informação.

As regras ESG trazem novas obrigações e uma das queixas é que, principalmente as PME, não estão preparadas. Os contabilistas têm sido chamados?

Ainda não. Os contabilistas ainda não são muitas vezes chamados a esta questão, mas vão ser. E não são chamados ainda porque isto ainda não é uma realidade na maioria das empresas. Agora, nós não vamos conseguir fugir a esta necessidade de relatar preocupações sociais, ambientais e de governança. Isto é uma realidade que é internacional, em que as organizações têm de mudar um bocadinho a sua forma de pensar, não se focarem só no lucro e pensa-

rem também na sociedade num todo. Portanto, isto obriga, obviamente, a uma mudança de mentalidades, a olhar para toda a forma de trabalhar, de gerir, de tomar decisões de forma diferente.

Muitas empresas fogem a estas questões porque encaram isto como tendo um custo associado que não lhes interessa ou para o qual não estão preparadas, ou até com capacidade financeira para fazer determinadas opções. Portanto, é preciso desmistificar estas questões e também é preciso haver equilíbrio. Não se pode pedir tudo de uma vez só às empresas, porque, senão, não há capacidade nem recursos para corresponder.

O que é importante é que as empresas estejam sensibilizadas; cada operação que façam, cada algo que invistam, tenham sempre esta preocupação de já o fazerem nesta vertente e depois têm as questões sociais que hoje dia são importantíssimas, que é ter uma preocupação diferente no recrutamento, na satisfação dos trabalhadores, na sociedade que envolve a própria empresa, ter a preocupação com tudo o que a rodeia, que é algo de que não se falava há uns tempos atrás.

Agora, não é preciso exigir-mos tudo às empresas e isso é o que eu acho que é o importante de partilhar, discutir de forma equilibrada a aplicação daquilo que são as mudanças de decisão das empresas nestas matérias da sustentabilidade. É melhor ir fazendo um bocadinho do que não fazer nada. Querer fazer tudo ao mesmo tempo pode não dar resultado. Temos de ter algum cuidado.

A verdade é que as empresas não vão conseguir, nem vão poder fugir deste desafio. Os bancos, hoje em dia, já atribuem spreads diferentes a empresas que têm esta preocupação.

Mas há aqui uma preocupação maior que nós temos, que é que só os contabilistas certificados é que vão poder trazer fiabilidade. Até hoje, todos os relatórios não financeiros são feitos pela organização, pela gestão, e não têm fiabilidade. Isto é, ninguém consegue garantir que a informação é totalmente verdadeira ou está a cumprir os requisitos e se a empresa tomou aquelas decisões e as cumpriu.

Faltam neste processo



ID: 111627127

14-06-2024

→ profissionais com ética e deontologia, regulados, que é o caso dos contabilistas certificados, que venham trazer fiabilidade a estes relatos não financeiros.

O contabilista está nas empresas e é um diretor financeiro, um diretor de recursos humanos, enfim, o braço direito do empresário em muitas circunstâncias, também o vai ter de ser nesta matéria. Mas por estar sob um código de ética rigoroso e ser um profissional que pertence a uma profissão regulada, ele vai cumprir os princípios éticos e vai trazer a tal fiabilidade à informação não financeira, também cruzando com muita informação financeira. Portanto, o futuro terá de passar por aqui.

O caminho está a ser feito. Acho que tem de desmistificar que tem de ser perfeito e eu acho que este é o ponto em que ainda não se chegou lá. Quere-se exigir muito e depois não se faz nada, e depois há informação errada, deturpada e é isso que não pode acontecer, porque as empresas pequenas nem sequer estão capacitadas para ter esses gastos, nem sequer têm recursos. Vamos dar um passo de cada vez, com equilíbrio.

O IRS foi a opção do governo para avançar com a redução de impostos. Faz sentido concentrar a redução nos escalões mais baixos?

Independente de ter a ver com princípios ou não, eu acho que todos os escalões do IRS, incidindo mais sobre os mais altos, têm taxas muitíssimo elevadas. Têm, acima de tudo, taxas muito elevadas para os níveis de rendimentos em Portugal. Se estivermos a comparar o nível onde começam o sexto e sétimo escalão do IRS, que são considerados como se fossem pessoas que têm altos rendimentos, são rendimentos muitíssimo mais baixos do que noutros países.

Os portugueses ganham mal, pagam muitos impostos. Os rendimentos, os ordenados, as remunerações, são baixos, os impostos são altos e é este equilíbrio que se tem de fazer.

Eu acho, sinceramente, que se devia ir mais além e apanhar o sexto e sétimo escalão. Claro que os rendimentos mais baixos têm de ser sempre aqueles para onde se tem de olhar em primeiro lugar, mas esses já pagam muito poucos impostos, porque a pro-



gressividade é muito grande para os últimos escalões. Tem de haver equilíbrio, porque do que nós estamos a falar, na maior parte dos casos, é de rendimento do trabalho dependente, é rendimento resultante do trabalho, que apesar de poder atingir níveis mais elevados do que a maioria da população portuguesa, não podemos dizer que se considera uma riqueza, ou que se mantenha sempre. Claramente, a classe média está nesses escalões, a classe média que tem de assegurar também o aumento das taxas de juros, os aumentos todos, a inflação, tudo na mesma proporção que as outras. Também é justo olhar para

o sexto e sétimo escalão e trazer uma diminuição para quem tenha rendimentos, digamos, mais confortáveis, porque trabalhou para isso, porque teve competências, porque teve oportunidades e as aproveitou, também possa pagar menos impostos, porque aquilo que se paga atualmente é muito para o nível de rendimentos dos portugueses.

É possível reduzir impostos e responder às pretensões dos diferentes sectores e manter as contas equilibradas?

Acho muito difícil. Aliás, acho que esse é dos grandes desafios que o governo tem, perante tantos pedidos, reivindicações, de aumentar salários dentro da administração pública, de uma forma geral – porque agora pedem uns, a seguir vêm pedir outros –, e da pressão também para reduzir impostos, como é que é possível manter contas certas e como é que é possível fazer face a esta redução toda da receita e ao aumento da despesa. Essa é a fórmula que o governo vai ter de encontrar.

[Deve] fazer um grande levantamento também das estruturas públicas, dos gastos, da despesa, para perceber onde é que pode, de facto, mudar aqui um bocadi-

nho a forma de gastar, para gastar menos em algumas situações, para poder dar para outras e, obviamente, apostar muito no crescimento da economia, daí também a descida do IRC.

Isto tudo tem de ser feito num pacote, para atrair investimento e atrair, obviamente, também rendimento, receita, que as empresas portuguesas possam progredir, crescer, ter mais rendimento, ter mais trabalhadores, aumentarem salários e, com isso, descontarem mais IRS e, consequentemente, aumentando a receita poder dar para a despesa. Mas lá está, é muita coisa ao mesmo tempo, tem de se ter muito cuidado, é preciso ter muita noção de que não se pode perder o equilíbrio, não se pode gastar mais do que se tem, e manter as contas certas.

É obviamente um grande desafio. Com tantos problemas, neste momento, quem está no governo não tem uma tarefa fácil, mas há que saber também explicar isto aos portugueses. Tem de ser feito tudo, mas não se pode fazer tudo no mesmo momento. E isso é uma questão muito difícil do ponto de vista político, com toda a pressão.

Já estamos na fase de

construção do Orçamento do Estado para o próximo ano. O que é que espera ver nesta proposta?

Além de, obviamente, manter esta tendência de redução gradual, progressiva, das taxas de IRS, que eu acho que as famílias portuguesas também precisam e acho que é importante, ainda que com o cuidado de não ser exagerado e depois não ter cabimento orçamental, acho que se pode mexer muito.

Espero que este OE traga, acima de tudo, uma boa reforma da administração pública, uma reforma administrativa, uma reforma procedimental de forma a facilitar todos os processos da relação entre os contribuintes e o Estado, para que esse crescimento [económico] seja possível e que quer os contribuintes singulares, quer as empresas, sujeitos passivos coletivos, possam crescer, possam ter mais dinheiro disponível e possam contribuir para que Portugal cresça e dessa forma ter um orçamento sustentável.

Tem de se pensar um bocado em medidas, se calhar, que não têm tanta visibilidade política, mas que depois, no fim, vão ter um impacto enorme nos portugueses e em cada um dos cidadãos.



Os portugueses ganham mal, pagam muitos impostos. Os rendimentos, os ordenados, as remunerações, são baixos, os impostos são altos e é este equilíbrio que se tem de fazer

“Não há dinheiro para um choque fiscal, nesta altura”

Protagonista ■ Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados concorda com a redução de impostos, porque são demasiado elevados em Portugal, mas preferia que se começasse pelo IRC. Alerta para o “grande desafio” compatibilizar isto com o aumento de despesa e diz que o podia cortar em processos, para poupar as empresas a custos, com uma reforma já no OE2025. P. 04-06



CRISTINA BERNARDO